



SIMULADOS IGEPP ONLINE

**Banco Nacional de Desenvolvimento  
Econômico e Social (BNDES)**

## Simulado 1

***Prova Objetiva de Conhecimentos  
Básicos e Transversais***



Autor:  
**Alvaro Costa Jr.**  
**Fernanda Senhorini**  
**Maria das Graças Rua**  
**Paulo Lacerda**  
**Rodrigo Silva**



**SIMULADO 1****15.09.2024****CONHECIMENTOS BÁSICOS E TRANSVERSAIS  
(TODOS OS CARGOS)****INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO**

1 - Este simulado conta com questões inéditas, adaptadas e/ou recentemente aplicadas pela Banca Cesgranrio focado nos editais EDITAL Nº 01/2024 - SELEÇÃO PÚBLICA, DE 19 DE JULHO DE 2024, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.

2 - A prova objetiva de **Conhecimentos Transversais**, de caráter eliminatório e classificatório, comum a todos os cargos, compreende **20 (vinte) questões** de múltipla escolha, e foi elaborada de acordo com os conteúdos programáticos apresentados no Anexo II do supramencionado edital.

3 - A prova objetiva de **Conhecimentos Básicos**, de caráter eliminatório e classificatório, comum a todos os cargos, compreende **10 (dez) questões** de múltipla escolha de **Língua Portuguesa** e **05 (cinco)** questões de múltipla escolha de **Língua Inglesa**, e foi elaborada de acordo com os conteúdos programáticos apresentados no Anexo II do supramencionado edital.

4 - Cada questão das Provas objetivas apresentará cinco alternativas (A; B; C; D e E) e uma única resposta correta.



## CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

### POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

1. A respeito do planejamento governamental no Brasil, incluído o planejamento orçamentário, assinale a alternativa correta:

(A) O Plano Plurianual é o instrumento central do planejamento público brasileiro, nos três níveis da federação. Em se tratando de Plano Plurianual, a preocupação com a apropriada mensuração do desempenho da ação pública tem suscitado a proposição de diversos modelos conceituais. Um dos mais utilizados é a metodologia de aferição de resultados por meio de indicadores que captam diferentes níveis de desempenho da intervenção governamental. Tradicionalmente, esses indicadores costumam abordar o desempenho do gasto público por meio de quatro óticas: Economicidade, Publicidade, Eficiência e Eficácia.

(B) Uma das principais críticas ao orçamento-programa diz respeito às inúmeras dificuldades na adoção de padrões de medição do trabalho, especificamente na definição dos produtos finais.

(C) Considerada uma perspectiva histórica e convencional, o esforço brasileiro em direção ao planejamento para o desenvolvimento começou na década de 20 do século passado, com o planejamento para a indústria.

(D) Entre as prioridades estabelecidas na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual 2024-2027, consta expressamente o ensino médio.

(E) O Plano Quadrienal se insere no Planejamento Governamental que, a partir de diagnósticos e estudos respectivos, regulamenta as escolhas das políticas públicas do ente da Federação, traduzidas em Programas e suas respectivas ações, para um período de quatro anos.

2. Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

(A) Em consonância com o princípio da exclusividade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa pública, contudo, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de

operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas orçamentárias, nos termos definidos em lei.

(B) O plano plurianual (PPA), que define estratégias, diretrizes e metas para as contas públicas, é caracterizado como um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro orientações do governo para a sua ação em cada período de quatro anos, sendo estas mandatórias para o setor público e indicativas para o setor privado.

(C) A falta de aprovação do PPA pelo Poder Legislativo não impede a interrupção da sessão legislativa.

(D) O ciclo orçamentário se inicia na etapa de elaboração, que inclui a elaboração das propostas parciais dos órgãos que deverão ser encaminhadas ao Poder Executivo, sua consolidação e seu encaminhamento ao Poder Legislativo, por meio do projeto de lei orçamentária anual, e sua tramitação no âmbito do processo legislativo, até sua transformação em lei.

(E) O projeto de lei orçamentária anual (LOA) é encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com a chancela do Presidente da República, e compreende: o orçamento fiscal; o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social.

### DIGNIDADE MENSTRUAL

Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS

Serão beneficiadas pessoas matriculadas na rede pública e registradas no CadÚnico. Distribuição poderá ocorrer em escolas, unidades básicas de saúde, unidades de acolhimento do SUAS e sistema prisional.

O Governo Federal divulgou, nesta segunda-feira (19), uma portaria interministerial com alguns dos critérios práticos de funcionamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, que garante absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social. O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

### Distribuição

Os absorventes poderão ser distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam as especificações do Programa.

### **Campanhas**

O Governo Federal prevê campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformações sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa.

### **Capacitação**

Estão previstas ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços sobre o tema, em forma de cursos de curta duração, de preferência a distância, e ações de educação coletiva, respeitando as realidades regionais.

### **Dignidade**

A dignidade menstrual é questão que envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes. Em consequência, meninas deixam de frequentar aulas por vergonha, e mulheres usam formas inadequadas de contenção do fluxo, como papel higiênico e até miolo de pão.

### **CrITÉRIOS**

Segundo o texto, as aquisições levam em conta normas de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a estimativa de ciclo menstrual mensal e de uso médio de unidades de absorventes estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

*BRASIL. Ministério da Saúde. Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS. Saúde e Vigilância Sanitária. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-divulga-criterios-de-distribuicao-de-absorventes-higienicos-no-sus>. Acesso em: 2 jan. 2023. Adaptado.*

O texto mostra que a implementação de uma política envolve explicitar no seu desenho todas as decisões que devem ser tomadas, o público-alvo, os recursos empregados, as ações a serem feitas, seus resultados e suas possíveis revisões. Ou seja, por trás da elaboração de uma política ou programa está a utilização do modelo lógico.

3. Com base no texto e nos componentes do modelo lógico, julgue os itens e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - A carga horária de trabalho dos agentes de saúde para as ações de educação coletiva é contabilizada como parte dos insumos da política.

II - O Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como produto a capacitação dos agentes públicos para disseminar as informações e os serviços sobre o tema.

III - O Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como insumo a distribuição de absorventes de forma gratuita para 24 milhões de pessoas.

IV - No Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, tem-se como resultado uma caracterização qualitativa das meninas com dificuldades nessa área.

V - Um impacto esperado do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual é a redução do absenteísmo escolar.

- (A) Todas as alternativas são verdadeiras.
- (B) São falsas as alternativas II, III e IV.
- (C) São verdadeiras as alternativas I, IV e V.
- (D) É verdadeira somente a alternativa V.
- (E) São falsas as alternativas II, III e V.

4. As políticas públicas no Brasil frequentemente são influenciadas por coalizões de defesa, grupos de atores que compartilham crenças e valores comuns e que trabalham juntos para influenciar a formulação e implementação de políticas.

“Em estudo teórico sobre a aceitação e a disseminação das ideias e políticas econômicas keynesianas, no século 20, Hall (1989) identifica três principais abordagens sobre o fenômeno: as centradas nos economistas, as centradas no Estado e aquelas centradas nas coalizões políticas, que incorporam os grupos políticos e sociais no contexto explicativo das políticas econômicas.

Essa última abordagem, desenvolvida recentemente por Peter Gourevitch (1989), enfatiza que as políticas econômicas precisam mobilizar suporte em amplas coalizões de grupos econômicos de cujos votos e boa vontade dependem os políticos eleitos (Hall, 1989, p. 12).

[...]

Criado pela Medida Provisória nº 103, de 2003, que definiu o modelo político-organizacional do Governo Lula, logo em seguida convertida na Lei nº 10.683/2003, o CDES foi instituído com a missão de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, apoiando-se na articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados.

[...]

A escolha desse recorte de análise – o Conselho – baseia-se na tese do papel crucial que as elites desempenham no desenvolvimento dos países (Amsden, 2012) e no conceito de elites estratégicas como o grupos sociais que ocupam posições decisivas em diferentes campos (econômico, político, intelectual, do mundo do trabalho), por meio de posição-chave nos processos de produção de políticas públicas, formação e redefinição das instituições políticas e definição da produtividade e da competitividade do regime produtivo (Gaitán; Boschi, 2015). Por meio da investigação do posicionamento desses atores-chave, representativos da elite produtiva, intelectual e política do país, busca-se alcançar um diagnóstico esclarecedor sobre a realidade do debate político e social com respeito aos desafios e rumos do desenvolvimento do país.

Fonte: Cerqueira, Kleber Chagas

### **Coalizões de defesa para uma nova política de desenvolvimento /**

Kleber Chagas Cerqueira. -- Brasília: Enap, 2020.  
55 p. : il. -- (Cadernos Enap, 67)

As políticas públicas têm o objetivo de criar ações para resolver um problema de sociedade. Nesse sentido, decisões devem ser tomadas da melhor forma, para que a política atinja o seu melhor resultado. Com relação ao modelo de decisão conhecido como coalizão de defesa, assinale a afirmativa correta.

- (A) A política pública deve ser instituída por um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que, ao se articularem com os acontecimentos externos, recebem seus parâmetros de formulação.
- (B) A formulação da política pública se baseia na escolha de uma solução pré-definida de problemas, constituídos pela compreensão limitada dos tomadores de decisão sobre o que é de fato necessário.

(C) O estabelecimento da agenda de políticas públicas deve ser determinado a partir da janela de oportunidade resultante do encontro de três fluxos-chave: político, dos problemas e das soluções.

(D) A solução dos problemas por meio de políticas públicas deve ser feita de maneira gradual, sem introduzir grandes rupturas no sistema que possam causar conflitos sociais.

(E) A formulação de políticas públicas no modelo de coalizão de defesa depende exclusivamente de fatores internos do governo, desconsiderando influências externas e o contexto sociopolítico.

### **PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

5. O BNDE foi criado em 20/06/1952, pela Lei nº 1.628, com a incumbência de gerir o Fundo de Aparelhamento Econômico. Na década de 1980, mudou seu nome e sigla para BNDES em vista da criação de uma diretoria para financiar projetos na área social. Com relação à evolução histórica do BNDES e seu papel no desenvolvimento econômico e social do Brasil, assinale a afirmativa correta:

- (A) Dentre os diversos segmentos de empreendimentos que o BNDES financia, estão os setores de garimpo, empreendimentos imobiliários residenciais e loteamentos.
- (B) O BNDE recebeu a incumbência inicial de financiar as empresas exportadoras brasileiras.
- (C) A atuação do BNDES na área social foi uma consequência direta de sua criação, pois a gestão do Fundo de Aparelhamento Econômico previa investimentos em saúde, educação e saneamento já na década de 1950.
- (D) O BNDES é um dos agentes do Sistema Financeiro Nacional cuja função principal é atender à demanda de financiamentos para implantação e expansão de projetos e programas dos setores público e privado para o desenvolvimento econômico nacional, atuando, além do financiamento em infraestrutura, também em serviços de utilidade pública.
- (E) Ao longo dos ciclos econômicos, como na década de 2000 a 2010, o BNDES ajudou no controle da inflação, pela variação procíclica da taxa de juros cobrada.

6. O economista Celso Furtado, em depoimento de 1982, destacou a importância de uma instituição de financiamento para viabilizar as transformações estruturais necessárias à economia brasileira nos anos 1950:

"Creio que foi a coisa mais inteligente que já se fez, porque, com o tempo, me convenci de que o grande problema dos países subdesenvolvidos, nas suas transformações estruturais dirigidas pelo desenvolvimento industrial, era de caráter financeiro, já que não havia possibilidade de financiar projetos em longo prazo, não havia um sistema bancário adequado para isso (...). O que nos faltava era uma grande instituição de financiamento, para entrar no campo especializado e mobilizar a massa de recursos necessária a essas transformações que a economia ia exigir nos anos 1950."

Com base no papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

(A) Entre 1956 e 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o BNDES desempenhou um papel fundamental como grande financiador do Programa de Metas, concentrando-se em setores estratégicos como energia elétrica e transporte, e contribuindo para a expansão da indústria siderúrgica e automobilística no Brasil.

(B) No início da década de 1960, o Brasil enfrentava um cenário de crise política e econômica, o que repercutiu nas atividades do BNDES. A desaceleração da economia, associada ao processo inflacionário, levou à redução dos investimentos e, conseqüentemente, à diminuição de pedidos de financiamento ao banco.

(C) A partir de 1967, durante os governos militares, o BNDES passou a diversificar suas fontes de financiamento e atividades, administrando novos fundos como o Funar, Funtec, Finame, Fundepro e Fungiro. Nesse período, o banco assumiu um papel fundamental na consolidação do setor industrial, apoiando projetos na siderurgia, indústria química, metalurgia de não ferrosos e celulose, além de se tornar pioneiro no financiamento da pesquisa mineral.

(D) Ao longo da década de 1970, o BNDES foi o principal executor da política de substituição de importações, incrementada pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND). O banco desempenhou um papel decisivo na diversificação e consolidação do parque industrial brasileiro, apoiando setores de bens de capital e insumos básicos.

(E) Na década de 1980, em razão da crise da dívida e do processo inflacionário, o BNDES direcionou suas ações exclusivamente para o setor público, abandonando o apoio à preservação do parque industrial nacional e reduzindo sua atuação multisetorial.

7. Sobre o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro e as políticas públicas atuais, como o Novo

PAC, Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica, assinale a alternativa incorreta:

(A) O Plano Mais Produção (P+P) é uma ação do Plano de Ação para a Neointustrialização 2024-2026 (Nova Indústria Brasil) que visa apoiar o setor industrial brasileiro, oferecendo diferentes linhas de crédito, equity e recursos não reembolsáveis para promover a neointustrialização e a transição ecológica. O P+P reúne recursos do Programa Mais Inovação, operados pelo BNDES e Finep, além de fundos de investimentos estruturados pelo BNDES.

(B) O BNDES dispõe de linhas de crédito específicas para projetos voltados à transição ecológica, incluindo a descarbonização da economia, eficiência energética, energia renovável, bioeconomia e restauração de biomas nacionais.

(C) O BNDES atua no financiamento de projetos voltados para a mudança climática, incluindo a descarbonização da economia, o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono, a geração de empregos verdes, a restauração florestal dos biomas nacionais e a proteção dos oceanos.

(D) O Novo PAC prevê um volume de investimentos de R\$ 1,7 trilhões. Os recursos para o programa virão de diversas fontes, incluindo o BNDES, o Orçamento Geral da União, empresas estatais e o setor privado.

(E) O Plano de Transformação Ecológica (PTE) avançou significativamente no eixo de Finanças Sustentáveis, especialmente com a emissão de R\$ 10 bilhões em títulos verdes pelo Tesouro Nacional. Esses recursos serão destinados ao financiamento de projetos de descarbonização pelo Fundo Clima, que é gerido pelo BNDES, ampliando o alcance do financiamento climático em 2024.

8. Em relação à atuação do BNDES, entre as décadas de 60 e de 90 do século XX, considere as afirmativas abaixo.

I - Na década de 60, o BNDES viabilizou o setor de bens de consumo em nosso país, financiando desde a produção de matérias-primas – como o alumínio e o aço – até a fabricação de bens como a geladeira, o televisor e o automóvel.

II - Na década de 70, o BNDES foi fundamental para a integração do território nacional, financiando desde a construção de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola até a modernização das principais rodovias do país.

III - Na década de 80, o BNDES financiou a implantação e a modernização de sistemas de barcas, de trens de passageiros e de metrô em diversos municípios do país, trazendo melhor qualidade de vida a milhões de brasileiros.

IV - Na década de 90, o BNDES foi um dos principais responsáveis pela democratização do acesso dos brasileiros aos serviços de telefonia: apoiou a privatização do setor e financiou a significativa expansão das telecomunicações brasileiras.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II, apenas
- (B) I e III, apenas
- (C) II e III, apenas
- (D) I, II e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

### CLIMA, SUSTENTABILIDADE e RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

9. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) estabeleceu compromissos e responsabilidades para todas as nações participantes, conhecidas como Partes da Convenção. Embasados no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, foram delineados compromissos específicos para as nações desenvolvidas, reconhecendo a necessidade de abordagens distintas, de acordo com a capacidade e a responsabilidade histórica de cada país diante das questões climáticas globais.

O objetivo principal da UNFCCC é

- (A) reduzir as emissões de gases de efeito estufa para níveis mínimos aceitáveis.
- (B) impedir o desenvolvimento econômico para preservar os ecossistemas.
- (C) garantir a produção contínua de alimentos, independentemente das condições climáticas.
- (D) estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, para prevenir uma interferência perigosa no sistema climático global.
- (E) desenvolver estratégias para a preservação da biodiversidade marinha.

10. A Política Nacional de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Nessa política são atendidos os princípios listados abaixo, EXCETO:

- (A) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar
- (B) Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais
- (C) Recuperação de áreas degradadas
- (D) Acompanhamento do estado da qualidade ambiental
- (E) O zoneamento ambiental

11. Alguns dos objetivos da Lei Nacional no 12.187/2009, que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, são:

- (A) fomentar projetos tecnológicos desenvolvimentistas que objetivem a produção de energia de forma segura e constante, de modo a minimizar eventuais interrupções no fornecimento por intempéries.
- (B) estabelecer formas de transição produtiva que gerem mudanças de comportamento, no sentido de estimular os padrões de consumo, as atividades econômicas e o direito ao transporte particular; com foco na redução dos custos de produção e no beneficiamento dos diferentes tipos de combustíveis.
- (C) realizar ações para aumentar a extração de reservas de combustíveis já descobertas, garantir o investimento já realizado de toda a linha de produção e distribuição de combustíveis já utilizados, evitando desperdícios de verbas públicas.
- (D) avaliar as ações de prevenção e adaptação às alterações produzidas pelos impactos das mudanças climáticas, desde que não gerem prejuízos à economia local, principalmente aos setores responsáveis pela geração de empregos.
- (E) promover a educação ambiental e a conscientização social sobre as mudanças climáticas globais, informar amplamente as observações desse fenômeno, os métodos de quantificação das emissões e as opções para construir um modelo de desenvolvimento sustentável.

12. O Brasil é um dos países signatários da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os dezessete ODS constituem uma agenda mundial de 169 metas a serem alcançadas até 2030, relacionadas a diversas ações. São Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- (A) Educação de Qualidade, Igualdade de Gênero, Igualdade Religiosa.
- (B) Erradicação da Pobreza, Redução das Desigualdades, Saúde e Bem-Estar.
- (C) Energia Limpa e Acessível, Redução da Reciclagem, Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

(D) Consumo e Produção Responsáveis, Fome Zero e Agricultura Sustentável, Medicamentos para Todos.  
(E) Ação Contra a Mudança Global do Clima, Água Potável e Saneamento, Instalação de Usinas Termelétricas a Diesel.

## PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

**13.** Gráficos têm um papel fundamental na organização de dados na estatística, com eles, a interpretação desses dados torna-se mais eficiente. Considerando os diversos tipos de gráficos, é correto afirmar que:

(A) Um histograma é um gráfico que representa a dispersão tanto de variáveis discretas quanto de contínuas.

(B) Um gráfico de barras é bastante utilizado para dados contínuos.

(C) Um gráfico de linhas fornece a representação gráfica mais clara das variáveis dependentes do tempo. É também o modo preferido de representação de tendências ou variáveis ao longo de um período de tempo.

(D) O gráfico de pizza é recomendado para apresentação do número de indivíduos por faixa etária.

(E) Supondo que desejamos visualizar percentuais de nível de escolaridade, o gráfico de setores não seria recomendado.

**14.** Assinale a opção correta a respeito do CRISP-DM.

(A) CRISP-DM é uma suíte de ferramentas proprietárias que vem se tornando um padrão da indústria para mineração de dados, uma vez que fornece um plano completo e tecnologias para a realização de um projeto de mineração de dados.

(B) A verificação da qualidade dos dados é uma atividade da fase de entendimento dos dados.

(C) Durante a fase de preparação dos dados, é realizado um inventário de requisitos, suposições e restrições de recursos.

(D) Na fase de avaliação dos dados, são realizadas as atividades de identificar valores especiais dos dados e catalogar seu significado.

(E) Na fase de preparação dos dados, são realizadas as atividades de analisar o potencial de implantação de cada resultado e estimar o potencial de melhoria do processo atual.

**15.** A **negação** de “A covid-19 tem cura e a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti” é:

(A) A covid-19 não tem cura ou a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti

(B) “A covid-19 não tem cura e a Dengue não é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.

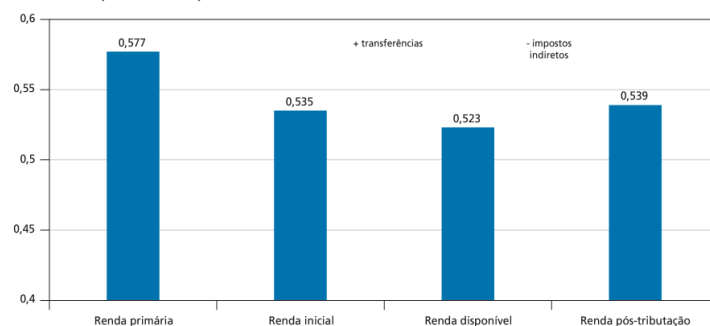
(C) “A covid-19 não tem cura e a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti

(D) Se a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, então a covid-19 não tem cura

(E) Se a Dengue não é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, então a covid-19 não tem cura

**16.** Na publicação número 2956, Brasília, janeiro de 2024, O PAPEL DA POLÍTICA FISCAL NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL, pesquisadores do IPEA apresentaram o gráfico a seguir sobre o Índice de Gini.

Índice de Gini das etapas de renda primária, inicial, disponível e pós-tributação – Brasil (2017-2018)



Fonte: Microdados POF 2017-2018/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Elaboração dos autores.

Sobre o gráfico, pode-se afirmar que

(A) a média aritmética dos índices de Gini é 0,534.

(B) trata-se de um histograma.

(C) a distribuição dos índices de Gini é amodal.

(D) a etapa da renda inicial possui índice 4,2% inferior ao índice da renda primária.

(E) a mediana dos índices de Gini é dada pela média aritmética entre a renda inicial e disponível.

## DIVERSIDADE E INCLUSÃO

**17.** Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu Artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório

da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-paraconhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

**18.** Considere o texto sobre desigualdade e gênero. A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das

normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

**19.** No que concerne às políticas públicas voltadas para a proteção dos interesses de grupos vulneráveis, assinale a única alternativa incorreta.

- (A) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.
- (B) O presidente Lula e o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, assinaram, o decreto que regulamenta a Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe arquitetura hostil em espaços públicos.
- (C) Empresas com mais de 100 funcionários deverão preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Disponível na área do empregador do Portal Emprega Brasil, na página do Ministério do Trabalho e Emprego, o documento tem como objetivo apurar diferenças salariais entre homens e mulheres nos mesmos cargos e funções.
- (D) Pela primeira vez em 55 anos de história, o órgão federal responsável pela política indigenista brasileira será presidido por uma mulher indígena. A advogada Joenia Wapichana estará à frente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à qual cabe a proteção e promoção dos direitos das diferentes etnias do país.

(E) O Programa Pé-de-Meia tem por finalidade coordenar, gerir e executar o incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança. O Programa é destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino fundamental público e oferece incentivos relacionados a matrícula, frequência, conclusão escolar e à participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

20. A respeito do processo de urbanização brasileira, assinale a única alternativa correta.

(A) Assim como os municípios e os estados, as regiões metropolitanas têm autonomia constitucional reconhecida, que garante a aplicabilidade de políticas públicas.

(B) De acordo com o Estatuto da Metrópole (Lei n.º 13.089/2015), as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas são constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

(C) O processo de formação do parque industrial no Brasil foi direcionado conforme interesses dos empresários e governantes dos países industrializados. Assim, a industrialização impulsionou um processo de urbanização que provocou um aumento vertiginoso da população. Com isso, o Brasil formou um parque industrial e deu início a um processo de urbanização sem precedentes, o que fez com que surgisse e aumentasse, em número, a quantidade das metrópoles. Dessa maneira ocorre o processo de metropolização, quando há a junção de áreas urbanas de duas ou mais cidades. Essa junção ocorre por meio de um acelerado crescimento urbano, intensificado pela modernização. No Brasil, esse processo é notório em diversas capitais, mas São Paulo se destaca como a maior do país e uma das mais relevantes no cenário global.

(D) O crescimento das cidades brasileiras, ocorrido na primeira metade do século XX, não foi acompanhado pelas políticas públicas de ordenamento e planejamento do espaço urbano. Dentre as consequências deste processo observa-se a concentração da população, em especial nos grandes centros urbanos, nas grandes cidades e áreas metropolitanas, implicando diversos impactos, inclusive no clima urbano.

(E) O processo de desmetropolização, observado no Brasil desde o final do século XX, é caracterizado pela

retração do setor terciário diante dos movimentos urbanos de compartilhamento de bens e serviços.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### **Boletim analisa aspectos que levaram a região Norte a liderar crescimento da violência no Brasil**

Cenário envolve causas econômicas, políticas e sociais que, combinadas, atuam na fragilização da segurança e evidenciam a necessidade de políticas públicas coordenadas

A macro-região Norte do Brasil se destaca no cenário brasileiro como uma das áreas onde a criminalidade e a violência letal mais cresceram recentemente. Por exemplo, a taxa de homicídios aumentou 260,3% na região entre 1980 e 2019, em comparação com a média nacional de 85% no mesmo período. Investigar as causas desse crescimento é uma das missões da edição nº 36 do Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A publicação visa analisar os fenômenos que determinam os padrões de violência em diferentes partes do Brasil por meio de métodos qualitativos de pesquisa e análise.

Onze artigos do Boletim buscam discutir o problema da violência na região Norte sob diferentes pontos de vista. Esse debate está dividido em cinco eixos temáticos: dinâmica da violência e letalidade na região Norte; avanço da fronteira agrícola e conflitos fundiários; facções, tráfico de drogas e narcogarimpo; violência contra população indígena e povos tradicionais; e violência e instituições na região Norte. A edição é organizada por Maria Paula Santos, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, juntamente com as pesquisadoras bolsistas Angelina Parreiras e Victória Hoff da Cunha.

A análise reunida nesta edição revela um cenário abrangente e diverso do crime e da violência letal na região Norte do país, onde diversas causas econômicas, políticas e sociais se combinam para além da degradação ambiental. O boletim destaca conexões entre diferentes atores e processos criminais, incluindo grilagem de terras, exploração ilegal de recursos naturais e narcotráfico, além de fatores institucionais.

Elementos cruciais para a compreensão desse cenário incluem a expansão recente das facções criminosas de base prisional nos estados do Norte, o aumento da circulação de armas de fogo na região, o enfraquecimento das políticas e instituições de controle socioambiental e o incentivo à exploração predatória de recursos naturais pelo governo federal entre 2019 e 2022. Esses fatores, ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas coordenadas e eficazes.

O artigo que abre a publicação do Bapi aborda “Dinâmica dos homicídios na região Norte do Brasil”, de autoria de Danilo Santa Cruz Coelho, Alisson Gomes dos Santos e Henrique José de Paula Alves, traz dados estatísticos referentes à evolução histórica dos homicídios da região Norte, destacando os perfis das vítimas – raça, gênero, idade e escolaridade –, bem como os instrumentos utilizados pelos agressores.

Já o segundo artigo “Dinâmicas dos mercados ilegais, criminalidade e representações sobre a violência: a cartografia dos conflitos na faixa de fronteira Brasil, Colômbia e Peru no estado do Amazonas”, produzido por Pedro Rapozo, Reginaldo Conceição da Silva e Taciana de Carvalho Coutinho, apresenta o contexto específico da região de fronteira do Alto Solimões, no Amazonas, a partir dos estudos produzidos pelo Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam), situado em Tabatinga, Amazonas, onde atuam os autores.

O segundo eixo temático traz o artigo “Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Occidental”, de Ricardo Gilson da Costa Silva, que se refere a expansão da fronteira agrícola e das economias extrativas na Amazônia Sul-Occidental, cujos impactos sociais e ambientais atingem territórios protegidos e propriedades familiares.

O terceiro eixo, “Facções, tráfico de drogas e narcogarimpo”, abrange cinco artigos: O primeiro, “Dinâmica da violência e do crime na macrorregião Norte do Brasil: o efeito das facções criminais”, de Camila Caldeira Nunes Dias, traz um diagnóstico das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que possibilitaram a expansão das facções de base prisional sudestinas por todo o Brasil. O artigo seguinte, “Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional”, de Aiala Colares de Oliveira Couto, procura demonstrar como a fragilidade institucional, a falta de fiscalização e a negligência do

Estado propiciaram o fortalecimento de redes criminosas no contexto transfronteiriço da região Norte. O artigo “A cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico”, de Rodolfo Jacarandá, tratar da relação dos estados do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso com os países de fronteira, Peru e Bolívia, dois dos maiores produtores mundiais de cocaína. Enquanto o artigo “Narcogarimpo” na Terra Indígena Yanomami, de Rodrigo Chagas, foca nos modelos de negócios adotados diferencialmente pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo; e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro junto às áreas de garimpo na Terra Indígena Yanomami (TI Yanomami).

O artigo “Violência e povos indígenas na Amazônia brasileira”, de Frederico Barbosa e Isabella Lunelli, apresenta um quadro ampliado das violações de direitos e de elementos estruturais – como a ideologia integracionista – que perpetuam a exclusão e a violência contra os povos indígenas no Brasil.

A edição se encerra com o eixo temático “Violência e instituições na região Norte”, sendo dois ensaios: “Muito além das facções: uma agenda de pesquisas sobre ilegalismos, violências e Estado na Amazônia”, por Fábio Candotti e Flávia Melo; e por fim, o artigo “Matar e morrer no Amapá: letalidade policial, sentidos de justiça e regimes de desumanização”, de Marcus Cardoso, Carolina Lemos, Vinícius Barriga, Jade Figueiredo e Juliana Rocha.

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14878-boletim-analisa-aspectos-que-levaram-a-regiao-norte-a-liderar-crescimento-da-violencia-no-brasil> (com adaptações)

**21.** Com base nas informações fornecidas no texto, assinale a alternativa correta sobre o conteúdo abordado pelo Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

(A) O Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi) do Ipea discute exclusivamente questões relacionadas à criminalidade na região Norte, sem abordar aspectos econômicos ou políticos.

(B) A edição nº 36 do Bapi apresenta uma análise exclusiva sobre o crescimento da violência letal na região Norte, sem considerar fatores socioambientais ou institucionais.

(C) O Bapi aborda onze artigos divididos em cinco eixos temáticos, incluindo dinâmica da violência, avanço da fronteira agrícola, facções criminosas, violência contra população indígena e violência institucional na região Norte.

(D) A análise reunida na edição nº 36 do Bapi destaca exclusivamente a degradação ambiental como a principal causa do aumento da violência na região Norte do Brasil.

(E) O boletim, organizado por Maria Paula Santos e pesquisadoras bolsistas, concentra-se principalmente em questões econômicas, deixando de lado análises sobre facções criminosas e violência institucional.

**22.** No texto, qual é o principal enfoque dos onze artigos do Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi) sobre a região Norte?

(A) A expansão recente das facções criminosas.

(B) A dinâmica da violência e letalidade na região.

(C) O avanço da fronteira agrícola e conflitos fundiários.

(D) A violência contra a população indígena e povos tradicionais.

(E) As consequências ambientais da exploração ilegal de recursos naturais.

**23.** Conforme indicado no texto, quais são os cinco eixos temáticos que organizam o debate sobre a violência na região Norte?

(A) Dinâmica da violência, avanço da fronteira agrícola, narcotráfico, violência institucional, e impactos ambientais.

(B) Violência contra população indígena, conflitos fundiários, facções criminosas, narcotráfico, e violência e instituições.

(C) Violência e letalidade, avanço da fronteira agrícola, facções criminosas, narcotráfico, e dinâmica dos mercados ilegais.

(D) Dinâmica da violência, avanço da fronteira agrícola, facções criminosas, violência contra população indígena, e violência e instituições.

(E) Conflitos fundiários, dinâmica dos mercados ilegais, violência e instituições, narcotráfico, e impactos ambientais.

**24.** Segundo o texto, quais são os elementos cruciais para a compreensão do cenário de violência na região Norte?

(A) A falta de fiscalização do Estado, a valorização da língua materna, e o aumento da circulação de armas de fogo.

(B) A expansão recente das facções criminosas, a falta de fiscalização do Estado, e o incentivo à exploração predatória de recursos naturais.

(C) O aumento da circulação de armas de fogo, a falta de fiscalização do Estado, e a expansão da fronteira agrícola.

(D) A valorização da língua materna, a falta de fiscalização do Estado, e a expansão da fronteira agrícola.

(E) A expansão recente das facções criminosas, a valorização da língua materna, e a falta de fiscalização do Estado.

**25.** Considerando a análise do texto "Boletim analisa aspectos que levaram a região Norte a liderar crescimento da violência no Brasil," é correto afirmar que a tipologia textual predominante na apresentação do boletim é:

(A) Narração

(B) Descrição

(C) Argumentação

(D) Injunção

(E) Exposição

**26.** Assinale a alternativa em que a palavra está **incorretamente** grafada, de acordo com as normas de ortografia oficial:

(A) pré-história

(B) Micro-organismo

(C) Autoescola

(D) super-homem

(E) Macro-região

**27.** No trecho "A edição é organizada por Maria Paula Santos, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, juntamente com as pesquisadoras bolsistas Angelina Parreiras e Victória Hoff da Cunha.", qual a função sintática de "técnica de planejamento e pesquisa do Ipea"?

(A) Objeto direto

(B) Objeto indireto

(C) Predicativo do sujeito

(D) Adjunto adnominal

(E) Aposto

28. Assinale a alternativa em que a pontuação está incorreta, de acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa:

- (A) O artigo que abre a publicação do Bapi aborda
- (B) destacando os perfis das vítimas – raça, gênero, idade e escolaridade
- (C) onde diversas causas econômicas, políticas e sociais se combinam para além da degradação ambiental
- (D) Esses fatores, ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas coordenadas e eficazes.
- (E) O artigo “Violência e povos indígenas na Amazônia brasileira”, de Frederico Barbosa e Isabella Lunelli, apresenta um quadro ampliado das violações de direitos e de elementos estruturais

29. Quanto aos aspectos gramaticais, assinale a alternativa correta a respeito da frase: A publicação visa analisar os fenômenos que determinam os padrões de violência em diferentes partes do Brasil por meio de métodos qualitativos de pesquisa e análise.

- (A) O verbo “visar” é transitivo indireto.
- (B) O verbo “determinar” está no plural para concordar com seu sujeito “os fenômenos”.
- (C) O “que” classifica-se como pronome relativo e exerce a função de sujeito na oração em que aparece.
- (D) O vocábulo “violência” é acentuado graficamente por ser uma proparoxítona.
- (E) A expressão “que determinam os padrões de violência em diferentes partes do Brasil” exerce a função de oração subordinada adjetiva explicativa.

30. Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada pelo mesmo motivo que justifica a acentuação em “públicas” no trecho: “políticas públicas coordenadas”.

- (A) econômicas
- (B) instituições
- (C) média
- (D) país
- (E) média

## LÍNGUA INGLESA

Read the following text carefully and answer question 31 and 32

### ***A Collapse of the Amazon Could Be Coming ‘Faster Than We Thought***

A new study weighed a range of threats and variables in an effort to map out where the rainforest is most vulnerable.

Up to half of the Amazon rainforest could transform into grasslands or weakened ecosystems in the coming decades, a new study found, as climate change, deforestation and severe droughts like the one the region is currently experiencing damage huge areas beyond their ability to recover.

Those stresses in the most vulnerable parts of the rainforest could eventually drive the entire forest ecosystem, home to a tenth of the planet’s land species, into acute water stress and past a tipping point that would trigger a forest-wide collapse, researchers said. While earlier studies have assessed the individual effects of climate change and deforestation on the rainforest, this peer-reviewed study, *published on Wednesday in the journal Nature*, is the first major research to focus on the cumulative effects of a range of threats.

“This study adds it all up to show how this tipping point is closer than other studies estimated,” said Carlos Nobre, an author of the study. Dr. Nobre is a Brazilian Earth systems scientist who studies how deforestation and climate change might permanently change the forest.

The study overlapped data on forest cover, temperature and rainfall patterns, and then factored in other variables that might make various sections of the forest more or less fragile, like the presence of roads or legal protections, to map out where the rainforest is most likely to transform.

The regional profiles that emerged showed that a tenth of the Amazon was highly vulnerable to transforming into grasslands or degraded ecosystems with lower tree cover. Another 47 percent of the forest has moderate potential to transform, they found, including mostly untouched areas that are more vulnerable to extreme droughts like the current one.

These changes could push the forest to a tipping point that would lead to the collapse of the whole forest ecosystem.

“We don’t really know when we are going to reach it,” said Bernardo Flores, a postdoctoral researcher at the Federal University of Santa Catarina and the lead author of the study. But, he added, as the *drought that set in*

last year shows, “we are approaching it faster than we thought.”

Lincoln Muniz Alves, a climatologist at the National Institute for Space Research in Brazil who wasn’t involved in the study, said the study added to a growing body of knowledge about the forest’s resilience to the variety of challenges it faces. “The study makes progress in the understanding of the tipping point,” he said. “In general, previous scientific papers have mostly explored the impact of deforestation.”

*Recent research* has shown that parts of the forest in the southeast of the Amazon that have experienced large-scale deforestation and fires have already started emitting more carbon dioxide than they absorb because the rainforest there has been damaged past the point of recovery.

The collapse of part or all of the Amazon rainforest would release the equivalent of several years’ worth of global emissions, possibly as much as 20 years’ worth, into the atmosphere as its trees, which store vast amounts of carbon, are replaced by degraded ecosystems. And, because those same trees pump huge amounts of water into the atmosphere, their loss could also disturb global rainfall patterns and temperatures in ways that aren’t well understood.

The researchers also estimated the limits of what the forest could withstand in terms of various threats. Global warming should not exceed 1.5 degrees Celsius, deforestation should be kept below 10 percent of the original tree cover and the annual dry season cannot exceed five months for the forest to remain intact, the study found.

To that end, governments need to not only halt carbon emissions and deforestation, but also restore at least 5 percent of the rainforest, the study said.

“If you pass those thresholds, then the forest could, in principle, collapse or transition into different ecosystems,” Dr. Flores said. “There is probably one tipping point of the system that is shaped by the interaction of these different stressors.”

There are, however, still unknowns. Researchers don’t fully understand why some trees die after a drought while others don’t; different biodiversity profiles across regions make general conclusions tricky; and, crucially, scientists still don’t fully understand the complex interactions of factors like drought, deforestation and other threats.

Still, said Marina Hirota, a professor at the Federal University of Santa Catarina and another author of the paper, governments shouldn’t wait for more clarity to act. “Sometimes science takes a little bit longer to really inform what we need,” Dr. Hirota said. “Are we going to wait and see, and blame uncertainty for not doing anything?”

**31.** According to the article, a collapse of the Amazon could be coming ‘Faster Than We Thought’. What led scientists to reach this conclusion?

- (A) Climate change and deforestation might permanently change the forest beyond their ability to recover.
- (B) Climate change, deforestation and severe drought in last year, it is causing damage huge areas beyond their ability to recover.
- (C) The Amazon rainforest there has been damaged past the point of recovery.
- (D) Fires have already started emitting more carbon dioxide than the forest absorb.
- (E) The regional profiles showed that the Amazon was highly vulnerable to transforming into grasslands.

**32.** Answer about Amazon rainforest.

- (A) The Amazon rainforest could transform into grasslands or weakened ecosystems in the coming decades.
- (B) Climate change, severe droughts and deforestation could eventually drive the entire forest ecosystem.
- (C) Parts of the forest in the southeast of the Amazon that have experienced large-scale deforestation.
- (D) The collapse of part of the Amazon rainforest would release the equivalent of several years’ Worth of global emissions.
- (E) Change climate and deforestation would lead a partial collapse of the forest ecosystem.

**READ THE FOLLOWING TEXT CAREFULLY AND ANSWER QUESTION 33**

## Canada warns LGBT travellers of US risks



Thousands attended Toronto's Gay Pride in June

### Canada has issued a new travel warning to its LGBT citizens planning to visit the United States.

Anti-LGBT protests in the US rose 30-fold last year compared with 2017, while legal moves to restrict LGBT rights are on the rise.

Global Affairs Canada warned that some state laws may affect them on their travels, but did not specify where.

Such warnings are usually reserved for countries such as Uganda, Russia or Egypt.

"Some states have enacted laws and policies that may affect 2SLGBTQI+ persons. Check relevant state and local laws," **reads its US travel advice page.**

The term 2SLGBTQI+ is widely used in Canada for people who consider themselves two-spirit, lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, questioning or intersex.

A spokesperson for Global Affairs Canada pointed to US laws targeting the transgender community.

"Since the beginning of 2023, certain states in the US have passed laws banning drag shows and restricting the transgender community from access to gender-affirming care and from participation in sporting events," they told CBC News.

In March, **Tennessee's governor** signed laws banning drag performances in front of children and restricting medical treatment for transgender youth.

Two months later, **Florida Governor Ron DeSantis** signed bills banning children from undergoing transgender medical treatments or going to drag shows, and restricting pronoun use in classrooms.

Hundreds of similar regulations on LGBT issues have been proposed in conservative-run states across the US.

The Human Rights Campaign, the LGBT community's largest advocacy group in the US, said in June that LGBT Americans were facing a state of emergency as states continue targeting them with legislation.

On Monday, a mural in Florida dedicated to Belfast-born journalist Lyra McKee, who was shot dead in 2019, **was defaced with a swastika and anti-LGBT graffiti.**

Asked why the guidance had been updated, Canadian Deputy PM Chrystia Freeland told reporters in Atlantic Canada that the government employed experts "to look carefully around the world and to monitor whether there are particular dangers to particular groups of Canadians".

She declined to comment when asked whether there had been discussions with the US government before making the change.

**33.** According to the article, what specific actions have been taken in the United States that led to Canada issuing a travel warning for its LGBT citizens?

- (A) The United States passed federal laws affecting all LGBT Americans uniformly.
- (B) There has been a 30-fold increase in anti-LGBT protests compared to 2017, and legal moves to restrict LGBT rights are on the rise.
- (C) Tennessee's governor signed laws banning drag performances in front of children and restricting medical treatment for transgender youth.
- (D) Florida Governor Ron DeSantis signed bills banning children from undergoing transgender medical treatments and restricting pronoun use in classrooms.
- (E) All of the above.

## READ THE FOLLOWING TEXT CAREFULLY AND ANSWER QUESTION 34 and 35

*"Brazil: Online Learning Tools Harvest Children's Data"*

*"Educational websites directed at Brazilian students, including two created by state education secretariats, monitored children and collected their personal data," Human Rights Watch said today. "The national government should revise Brazil's data protection law by adding new safeguards to protect children online."*

*Analysis conducted by Human Rights Watch in November 2022 and reviewed again in January 2023 found that seven educational websites extracted and sent children's data to third-party companies, using tracking technologies designed for advertising. These websites not only watched children inside of their online classrooms, but followed them across the internet, outside school hours, and deep into their private lives.*

*"Children and their families in Brazil are being kept in the dark about the data monitoring conducted on children in online classrooms," said Hye Jung Han,*

children's rights and technology researcher and advocate at Human Rights Watch. "Instead of protecting children, state governments have willfully enabled anyone to monitor them and collect their personal information online."

Human Rights Watch found that five websites deployed particularly intrusive tracking techniques to invisibly spy on children in ways that were impossible to avoid or protect against. One of these websites uses session recording, a technique that allows a third party to watch and record a user's behavior on a webpage. That includes mouse clicks and movements around a webpage; the digital equivalent of logging video monitoring each time a child scratches their nose or grasps their pencil in class. Typically, the third party would then scrutinize the data on behalf of the website to guess a user's personality, their preferences, and what they are likely to do next, or how they might be influenced. Advertisers might use these insights to target the child with personalized content and ads that follow them across the internet.

Profiling, targeting, and advertising to children in this way infringes on their privacy, as it is neither proportionate nor necessary for these websites to function or deliver educational content. It also risks violating children's other rights if this information is used to guide them toward outcomes that are harmful or not in their best interest. Such practices also play an enormous role in shaping children's online experiences and determining the information they see, at a time in their lives when their opinions and beliefs are at high risk of manipulative interference.

Brazil's data protection authority should stop these assaults on children's privacy. It should require these companies and state governments to delete children's data collected, and prevent them from further using children's data for any purpose unrelated to providing education.

Brazil's constitution protects the right to privacy. The country has also ratified the UN Convention on the Rights of the Child, which entitles children to special protections that guard their privacy. Brazil's data protection law, however, – the Lei Geral de Proteção de

Dados Pessoais, or the General Personal Data Protection Law – does not provide sufficient protections for children. It does not explicitly prohibit actors from exploiting children's information or require them to provide high levels of safety and security for children. Lawmakers should amend the law to establish comprehensive child data protection rules, including bans on behavioral advertising and the use of intrusive tracking techniques on children. These rules should also require all actors offering online services to children – including online learning – to provide the highest levels of protection for children's data and their privacy.

**Disponível em:**  
<https://www.hrw.org/news/2023/04/03/brazil--online-learning-tools-harvest-childrens-data>. **Acesso em:** 15 fev. 2024. Adaptado.

34. The main purpose of the text is to:

- (A) criticize Human Rights Watch for not taking action in solving Brazilian children's challenges concerning their access to education.
- (B) influence children's parents to watch and protect their children from digital crime by reducing their time of access to the internet.
- (C) discourage excessive parental care as to what children access and how they use the internet during their school hours.
- (D) advocate for the monitoring and data collection carried out by content companies, so that ads and the internet experience are shaped to influence children.
- (E) report on the findings of Human Rights Watch regarding the inappropriate monitoring and collecting of children's data by educational websites.

35. In the fragment of paragraph 7 "Lawmakers should amend the law to establish comprehensive child data protection rules", the word should indicates a(n)

- (A) possibility
- (B) promise
- (C) obligation
- (D) decision
- (E) illustration

